



# POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director interino: Cordeiro Pereira

**Cavaco Silva na V Conferência dos Ministros da Cultura**

# PRESERVAR E CELEBRAR O PASSADO VAI A PAR COM A PREPARAÇÃO DO FUTURO

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, presidiu à sessão de abertura da Quinta Conferência dos Ministros da Cultura, que decorreu no Palácio da Vila, em Sintra, durante três dias da semana passada, e na qual para além dos responsáveis pela cultura dos países do Conselho da Europa também estiveram presentes os dos que aderiram à Conservação Cultural Europeia, assim como, na qualidade de convidados, representantes da Jugoslávia, Brasil e Canadá.

Discursando na sessão inaugural, Cavaco Silva pronunciou as seguintes palavras:

«Pela terceira vez em 1987, Portugal acolhe uma conferência ministerial do Conselho da Europa: primeiro sobre migração, depois sobre ambiente e agora sobre cultura. A reanimação destas reuniões em Portugal é o reflexo do in-

teresse do Conselho da Europa pelo meu país mas também do nosso empenho e interesse pela acção do Conselho. É com grande satisfação que dou as boas-vindas a todos os participantes na conferência que hoje se inicia, a quem de-

sejo um frutuoso trabalho.

O Conselho da Europa é, por excelência, o foro de diálogo de todos os países da Europa, Ocidental e por isso tem vindo a adquirir crescente importância política. A cooperação e os resultados obtidos em áreas tão distintas como os direitos do homem, as migrações, a cultura, a educação, a juventude — para citar apenas algumas — revelam o dinamismo da acção do Conselho da Europa, competindo a cada um dos Estados membros valorizá-la na dupla perspectiva da

(Continua na página 2)



Na sessão inaugural, Cavaco Silva dirige-se aos participantes da Quinta Conferência dos Ministros da Cultura. Na mesa da presidência encontram-se também Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, secretária de Estado da Cultura, e Marcelino Oreja, secretário-geral do Conselho da Europa

## Movimento Sindical

— Trabalhadores Social Democratas preparam IV Congresso da UGT e tomam posição sobre eventual entrada da CGTP/IN no CPCS

— Trabalhadores Moçambicanos solidários com os TSD

Na pág. 9



### Projecto «CARAVELA»

**UM  
DESAFIO  
PARA  
ANIMAÇÃO  
E VALORIZAÇÃO  
DO TEJO**

NA PÁG. 12

Debate do Programa  
do XI Governo  
Constitucional

**INTERVENÇÃO  
DE  
VALENTE  
DE OLIVEIRA**

• NAS PÁGINAS 3 E 4

Cavaco Silva

# Preservar e celebrar o passado vai a par com a preparação do futuro

(Continuação da 1.ª página)

cooperação inter-europeia e da sua projecção noutras áreas geográficas do Mundo.

Encontramo-nos hoje aqui nesta histórica vila de Sintra para prosseguir a reflexão no âmbito cultural, área há muito privilegiada pelo Conselho da Europa e que constitui simultaneamente um dos principais vectores que informam as políticas dos nossos governos.

Considero particularmente significativo que esta conferência ministerial decorra em Portugal no ano em que iniciámos o ciclo das comemorações dos quinhentos anos das Descobertas Portuguesas. De 1987 até ao ano 2000 Portugal irá celebrar cinco séculos desde o início das navegações para a África, a Ásia e as Américas. Há cinco séculos, os portugueses iniciaram um grande movimento de encontro entre povos e culturas diferentes, levando consigo os valores do renascimento e trazendo à Europa um conhecimento mais claro de costumes e experiências diferentes. Com o nosso universalismo, ajudámos a conceber o mundo moderno, traduzido numa concepção imanente do cruzamento de múltiplas ideias, culturas e comportamentos.

A Europa inteira prolongou essa constante apetência humanista de convívio e abertura recíproca que sempre acompanhou as relações de Portugal com outros povos. A Europa moderna é, aliás, o reflexo da aventura das navegações: ponto de encontro, receptáculo de todas as culturas que integrou na sua vivência, fortalecendo a sua identidade própria e irradiando a sua maneira de viver para todos os povos do Mundo.

Para nós preservar e celebrar o passado vai a par com a preparação do futuro. E a cultura não pode deixar de estar na linha da frente das nossas preocupações. Para além da análise das formas e aspectos em que se manifesta, importa assegurar-lhe os meios indispensáveis para a sua renovação contínua, pelo encorajamento de condições propícias à sua eclosão e difusão por um número de beneficiários cada vez mais amplo.

Daqui a pertinência que reveste o tema em discussão nesta conferência. Por um lado, a avaliação do peso das actividades culturais no sector económico. Por outro, os problemas da melhor gestão dos recursos financeiros ao dispor da cultura e o crescente signifi-

cado do financiamento privado.

A apreciação do binómio economia-cultura e da questão do financiamento da cultura pode realizar-se por diferentes ângulos. Em termos económicos, parece urgente precisar o papel e a dimensão do fenómeno cultural e fomentar o seu desenvolvimento, já que a montante e a jussante da cultura há indústrias e serviços cada vez mais significativos. Em termos financeiros, importa ponderar em que medida os custos da produção cultural devem ser colectivamente distribuídos ou individualmente suportados. Em termos culturais, a avaliação das possibilidades dos meios económicos e financeiros permitirá aos agentes culturais o melhor aproveitamento dos benefícios de formas de cultura com crescente expressão económica numa sociedade post-industrial. Em termos políticos, como constitui aliás preocupação do Conselho da Europa, importa prolongar uma visão humanista da sociedade que potencie o conceito de democracia cultural e valorize

tado no fenómeno cultural, já que se trata de área particularmente sensível onde, apesar da componente social dos bens e serviços em causa, deve imperar a liberdade individual.

A intervenção do Governo português na área da cultura rege-se, desde Novembro de 1985, por princípios muito claros que se expressam na acessibilidade dos bens culturais a todos os portugueses, na salvaguarda do património e na valorização da nossa língua.

No plano orçamental, foi realizado um esforço significativo, ascendendo a mais de 41% o aumento do orçamento da Secretaria de Estado da Cultura em 1986 e a mais de 20% em 1987. Ou seja, em dois anos aumentaram-se as verbas para intervenção do Estado na área cultural em mais de 70%, tendo igualmente crescido a percentagem do orçamento da Secretaria de Estado no total de despesas públicas. Este esforço será reforçado em 1988.

O meu governo tomou igualmente a iniciativa de criar, em Portugal, a lei do Mecenato cultural, baseado

deve prosseguir vias semelhantes, por forma a construir e consolidar uma cultura livremente criada e participada por todos. A iniciativa cultural dos agentes económicos é um vector

ano, múltiplas empresas apoiaram largas dezenas de projectos de âmbito cultural, nos domínios das edições, dos equipamentos, da arquitectura, de exposições, da preservação do património-

guardar uma identidade cultural europeia que, pela valorização da nossa herança comum, nos permita reforçar a unidade cultural, afrontar os desafios que se nos põem no limiar do ter-

**A experiência do mecenato cultural pode considerar-se, desde já, como extremamente positiva. Em menos de um ano, múltiplas empresas apoiaram largas dezenas de projectos de âmbito cultural, nos domínios das edições, dos equipamentos, da arquitectura, de exposições, da preservação do património e dos espectáculos.**

que deve assumir significativa importância no contexto da responsabilidade social das empresas. Mas creio que o Mecenato Cultural traduz uma ideia de interesse marcadamente político no sentido de uma forte cooperação entre a administração pública e a sociedade civil, na perspectiva de um empenhamento da própria sociedade no desenvolvimento cultural

rio e dos espectáculos. Esta resposta positiva por parte dos agentes económicos abre amplas e frutuosas possibilidades para uma alteração qualitativa nas relações entre a cultura e a economia.

A Europa tem uma vocação própria de convivência cultural, que tem sido assumida ao longo de séculos de forma empenhada.

Mas importaria agora fazer o ponto da nossa história europeia e daí procurar extrair uma política cultural com base comum, pautada por objectivos definidos e adequada cooperação.

A Convenção Cultural Europeia de Dezembro de 1954 continua a ser um dos sucessos mais significativos do Conselho da Europa. Interessará prosseguir e, porventura, intensificar os esforços aí preconizados no domínio da cooperação, de molde a alcançar o objectivo que nos propusemos nessa convenção: salva-

ceiro milénio e que ressalve as nossas especificidades sem confrontos, mas antes em colaboração com outras regiões.

A cultura europeia é fruto essencial e uma prova constante da liberdade individual, reflexo de uma sociedade onde a liberdade de pensamento e de criação vai a par com o respeito dos direitos do homem. Penso ser esta uma prova evidente da vitalidade da nossa cultura, mas também incluindo aí a nossa responsabilidade no relacionamento com outras regiões e outras sociedades organizadas em diferentes modelos políticos.

País virado ao Atlântico, Portugal assume a sua tradição universal e as suas responsabilidades históricas, e portanto culturais, em relação a outros continentes. Partilhamos essa tradição e essas responsabilidades no seio do Conselho da Europa. Deixando aqui a certeza desta vontade de plena colaboração, formulo votos pela eficácia no trabalho de todos os presentes nesta conferência ministerial assim como de uma agradável estadia em Portugal.

Antes do início dos trabalhos da Conferência, a secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, foi eleita presidente deste quinto encontro. A anfitriã escolheu para vice-presidentes o ministro italiano Carlo Vizzini e o delegado alemão-federal, Helmut Engler. Após a eleição, Teresa Patrício Gouveia lembrou que foi em Berlim que decorreu a última conferência dos ministros europeus da Cultura e fez votos para que «o quadro mais romântico de Sintra inspire novas formas de pensar as relações entre o Estado e uma sociedade em mudança». A cultura — disse — representa uma espécie de valor acrescentado ao desenvolvimento económico.»

**Em dois anos aumentaram-se as verbas para intervenção do Estado na área cultural em mais de 70%, tendo igualmente crescido a percentagem do orçamento da Secretaria de Estado no total de despesas públicas. Este esforço será reforçado em 1988.**

a dimensão cultural do próprio desenvolvimento económico e social. Neste domínio, é necessário reflectir sobre a dimensão ideal da presença e do papel do Es-

na convicção de que, no quadro das novas relações entre a cultura e a economia, e no que se refere ao financiamento cultural, os sectores público e privado

do País.

A experiência do mecenato cultural em Portugal pode considerar-se desde já, como extremamente positiva. Em menos de um

## Conselho de Ministros aprovou linhas gerais do PIDDAC

No final da última reunião realizada no passado dia 17, o Conselho de Ministros divulgou o seguinte comunicado:

1. No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado para 1988, o Conselho de Ministros aprovou, hoje, as linhas gerais do Programa de Investimentos e de Desenvolvimento das Despesas da Administração Central (PIDDAC) para o próximo ano, bem como as dotações específicas que caberão a cada sector.

O PIDDAC para 1988 prevê um montante importante de despesas para o apoio e dinamização do investimento privado, designadamente viabilizando a absorção de vastos recursos comunitários preferencialmente à agricultura, pescas, indústria, energia e turismo.

Quanto ao investimento em infraestruturas o PIDDAC para 1988 concede uma particular prioridade às actividades susceptíveis de promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego produtivo, conferindo ao mesmo tempo, especial atenção e verbas significativas aos investimentos na rede viária, na educação e na cultura.

Segundo as linhas gerais do Programa aprovado, e no âmbito da cultura, prevê-se o início, em 1988, das obras do conjunto Museológico de Belém, empreendimento de vasto alcance cultural e particularmente significativo no momento em que se iniciam as Comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos.

Por outro lado, privilegiaram-se os projectos de investimentos que permitam uma maior absorção de recursos financeiros da C.E.E. e será prosseguido o fomento de programas de desenvolvimento regional, em colaboração ainda mais estreita entre o Estado, as autarquias locais e os agentes económicos.

2. O Conselho de Ministros aprovou, também, alguns diplomas legais em matéria de política de ambiente, donde se destaca, pela especial importância que reveste, o que cria o Parque Natural da Ria Formosa.

Estas decisões inserem-se na preocupação de defesa e protecção do património ambiental português, na linha, de resto, da acção já desenvolvida pelo anterior Executivo e da filosofia do Programa do XI Governo Constitucional.

Lisboa, 17 de Setembro de 1987.

## Debate do Programa do XI Governo Constitucional

Valente de Oliveira

# A vida que ambicionamos para os Portugueses deverá ter maior nível e melhor qualidade

No dia 20 de Novembro de 1985, quando se discutia nesta Câmara o programa do X Governo Constitucional, tive ocasião de elaborar sobre a lógica da organização do Ministério que então me foi confiado e que agora voltou a sê-lo, de novo. Não vou, por isso, ocupar o tempo com a repetição de argumentos que estão registados, parecendo-me suficiente dar a todos o testemunho de que o funcionamento do Ministério durante vinte meses provou que tinha nexos a nossa proposta e que se justifica a manutenção do esquema que, então adoptámos.

Não vou, também fazer o balanço exaustivo do que, dentro desse quadro organizativo, se conseguiu. Mas não posso deixar de sublinhar a correcção e eficácia do esquema montado para a gestão dos subsídios oriundos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; o rigor e a transparência com que se tratou do sector do equipamento regional e urbano; a mudança radical que se operou no domínio da protecção de áreas que devem permanecer para fruição da comunidade, no presente e no futuro; e a expectativa justificada que, mercê do esforço das estruturas e meios de planeamento e coordenação, se conseguiu criar na nossa Comunidade Científica em relação ao seu envolvimento nas tarefas do desenvolvimento do País.

Acabo de referir um exemplo respeitante a cada uma das quatro áreas em que se articulou o Ministério; facilmente se poderá estabelecer entre eles um fio condutor que ponha em evidência as contribuições para o desenvolvimento que, de forma que se quer integrada, aqueles quatro sectores curam, em permanência, de assegurar. Esta é, aliás, uma preocupação constante: a integração é um exercício complexo que reclama aplicação, mas é também a maneira mais segura de, com poucos meios, se conseguir um grande efeito, por via de uma actuação sobre as componentes que realmente são determinantes da intensidade da resultante. Por isso, insistiremos na sua prática ao nível por que somos directamente responsáveis e a todos os outros em que a existência de numerosos agentes possa induzir uma

dispersão de esforços, se não houver a vontade deliberada de os tornar convergentes.

Esta determinação tem as maiores consequências na introdução de novas formas de proceder ou na insistência em aprofundar outras que já foram ensaiadas mas que custam a arrancar, por exigirem consensos ou escalonamentos, no tempo, dos benefícios de alguns, de modo a que se consiga maximizar o benefício de todos no médio-prazo. Refiro-me concretamente aos programas integrados de desenvolvimento regional de que já há alguns bons exemplos. Para que o sejam sempre, têm os diversos agentes intervenientes de saber compatibilizar as suas aspirações, não querendo todos ganhar sempre, mas servindo-se da variável tempo para promover a equidade na distribuição de benefícios a que todos têm naturalmente direito. Os programas integrados não podem constituir um mero instrumento



que decorrem da inserção numa Europa que prossegue a construção de um

reservado no F.E.D.E.R. Pelo contrário, essa circunstância anima-nos a prosseguir na via da exigência e do rigor, ensaiando mecanismos progressivamente mais ambiciosos de articulação com os outros fundos comunitários e com as outras fontes de financiamento possível e envolvendo os agentes que tenham responsabilidades directas na consecução dos empreendimentos. Quem alguma vez participou em exercícios deste tipo sabe bem o que eles exigem de tempo, de vontade e de sentido de compromisso entre os que têm de ceder agora para receber depois ou dos que têm de trocar um sector por outro.

O acompanhamento e avaliação dos empreendimentos não são tarefas com grande tradição entre nós. Mas a actividade das instâncias públicas, centrais, regionais ou locais diversificou-se muito e complicou-se muito. Por isso, se não se segue, com precisão, a execução física e financeira dos numerosos investimentos em curso, alguém perderá dinheiro ou oportunidades de ver a sua situação melhorada. Essa foi a razão que determinou a criação de um Departamento de Acompanhamento e Avaliação, no âmbito da Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, cujas responsabilidades também abarcam a genera-

lização de uma prática sistemática, a todos os níveis, das funções que lhe estão no título.

Se insisto nesta preferência é porque estou convencido de que, para já, Portugal foi uma «agradável surpresa» para a Comunidade que, na realidade, não esperava que fôssemos o primeiro país a apresentar as candidaturas do programa VALOREN, acompanhadas de um regulamento que lhes está a servir de modelo ou que fossemos tão escrupulosos nas duas levas de projectos já enviados para a candidatura ao F.E.D.E.R., ou que fizéssemos tão bem como estamos a fazer muitas outras coisas. Mas, à medida que os outros forem verificando que também sabemos correr, a prova endurecerá e todos estaremos em pé de igualdade, o que significa que a meta será sempre colocada mais longe, de prova para prova.

É este o sentido em que caminharemos, neste sector. Mas, além da referência ao estilo, convém que deixe uma palavra acerca das linhas de força da Política Regional que temos em mente. Tendo de ser muito sintético será, efectivamente, uma referência brevíssima:

Entre 1990 e 1992 o País verá profundamente alteradas as suas condições de acessibilidade, tanto no litoral como entre este e o interior. Os tempos e os custos das viagens permitirão viabilizar muitas novas actividades fora do cordão tradicional entre Braga e Setúbal, experimentando a própria acessibilidade, em relação ao exterior, grandes modificações. É evidente o esforço que se está a desen-

volvimento harmónico do País o desencravarmento físico das suas parcelas onde possam ser instaladas actividades económicas que permitam conjugar o crescimento geral com o desenvolvimento das partes. Por isso este sector será objecto de cuidado permanente.

Mas é evidente que a acessibilidade não se destina a facilitar a «colonização» de periferia pelo centro; o desenvolvimento tem de partir de dentro, o que nos impõe uma prioridade à educação, à formação profissional, à circulação da informação, ao fortalecimento das capacidades de iniciativa local, à divulgação de novas ideias e de novas oportunidades de criação de riqueza... A quebra do isolamento físico tem de corresponder uma quebra de todos os tipos de isolamento, para o que não chega assegurar somente a transmissão das «mensagens»; é preciso também cuidar dos «receptores»...

Durante tempo demais julgou-se fácil atrair para as partes deprimidas do território empreendedores «de fora». É tempo de não persistirmos nessa ilusão e de repousarmos mais na capacidade de iniciativa local que se tem de potenciar ou de criar de raiz. Não é tarefa fácil: isso passa pela valorização social da capacidade de empreender e passa também pela generalização e valorização de uma cultura científica e de uma cultura tecnológica e das correspondentes actividades cujo desenvolvimento está dependente de uma ligação tão íntima quanto possível com as necessidades resultantes do desenvolvimento sócio-

**A integração é um exercício complexo que reclama aplicação, mas é também a maneira mais segura de, com poucos meios, se conseguir um grande efeito, por via de uma actuação sobre as componentes que realmente são determinantes da intensidade da resultante.**

para sacar mais fundos comunitários. Estes virão, como já vieram no passado, desmentindo os inseguros que afirmavam não seremos capazes de os captar. Mas é preciso que convirjam para realizações que potenciem o desenvolvimento geral, mobilizando os nossos recursos e acrescentando-lhes o maior valor possível.

A actividade de planeamento terá de constituir uma via privilegiada para a efectiva integração de Portugal na Europa: a escolha dos objectivos, a concepção dos programas, a afectação dos recursos serão determinadas pela preocupação constante de adequar a dinâmica de desenvolvimento interna à comunitária e potenciar o aproveitamento pleno das oportunidades

mercado único e o reforço da coesão económica e social.

Hoje, em Portugal, já toda a gente sabe o que são os fundos comunitários e quais os seus benefícios potenciais. Chegou o momento de exercitar fórmulas mais exigentes de coordenação e de integração, em que os investimentos sejam esclarecidos os seus objectivos antecipadamente, em que haja articulação entre aqueles cujos efeitos sejam complementares e em que as consequências de cada um sejam avaliadas com rigor.

Quer isto dizer que não vamos dormir sobre os louros de termos sido o país da Comunidade Europeia que, em 1986, melhor realização conseguiu face ao tecto do montante para ele

**Não vamos dormir sobre os louros de termos sido o país da Comunidade Europeia que, em 1986, melhor realização conseguiu face ao tecto do montante para ele reservado no FEDER.**

volver na rede principal e na rede complementar tem de prosseguir, nomeadamente através da concretização das principais propostas que constam do trabalho já concluído e relativo à desclassificação de muitas estradas anteriormente consideradas como nacionais. Temos como ele-

-económico e cultural do País.

A criação de empregos torna-se mais fácil quando os candidatos dispõem de formação adequada. Mas nada dispensa a necessidade de conferir as dimensões de um movimento à

(Continua na página 4)

Valente de Oliveira

# Discreta mas eficazmente demos uma contribuição de relevo para o reforço do Poder Local

(Continuação da página 3)

vontade de empreender dos que, criando um emprego para si, acabam também por criá-lo para os outros. As novas unidades são muito mais pequenas e flexíveis do que foram as das gerações anteriores; o que elas reclamam é muito mais conhecimentos técnicos e científicos e mão-de-obra muito mais versátil e bem-preparada. É por isso que, no nosso Programa de Governo, se dá importância acrescida ao sector da Ciência e Tecnologia, privilegiando as modalidades de apoio à investigação que se faça em ligação ou sob contrato com empresas. Desse modo tornar-se-á mais curto o lapso de tempo entre a obtenção de resultados da investigação e a sua operacionalização prática, assegurar-se-á a manutenção de vantagens comparativas das nossas actividades económicas por via dos acréscimos de produtividade ou, pelo aparecimento de novas actividades, tornar-se-á fácil e quase automática a acção de avaliação que há pouco defendi; determinar-se-á enfim, a instalação de um clima muito dinâmico de procura de novos campos de acção e de contínua actualização das formas sob que ela se exerce.

Durante o Governo anterior ocupámo-nos com atenção dos problemas postos pelas Autarquias Locais. Dentro da esfera de acção do Governo ou dando colaboração à Assembleia da República na elaboração de leis (entre as quais avulta a das Finanças Locais) a verdade é que, discreta mas eficazmente, se conseguiu dar uma contribuição de relevo para o reforço do Poder Local. Muito há, naturalmente, a fazer. Mas, passado que está o tempo em que a satisfação das necessidades básicas reclamava atenção e meios de uma forma absorvente, chegámos, hoje, a um estágio em que se torna imperioso dar ênfase às questões do ordenamento do território. Já não se trata de ir em socorro de situações de carência aflitiva; na grande maioria das situações reclama-se uma reflexão profunda e, simultaneamente, muito prática acerca do modo de fazer comunidades viáveis e agradáveis. A viabilidade tem de ser económica e operacional; os espaços que temos de adaptar devem acolher actividades que robusteam a base económica dos aglomerados que pre-

tendemos ordenar; essas actividades têm de se manter competitivas ao longo do tempo e articular-se no espaço de modo funcional com todas as outras que os centros urbanos encerram. Mas a vida nos grandes e nos pequenos centros de se quer agradável. As situações de anomia nos subúrbios característicos das nossas duas grandes áreas metropolitanas não podem deixar de se reflectir nas perspectivas de vida dos seus habitantes, impondo-se, com urgência, uma acção que seja, simultaneamente, de alívio e pressão e de correcção dos efeitos nefastos da pressão que rema-

impõe que haja uma rede urbana equilibrada em que os centros de tamanho médio e pequeno assegurem a prestação de uma vasta gama de serviços a toda a população.

É importante, todavia, que se diga que o País não tem dinheiro para sustentar serviços que operam com níveis de procura muito abaixo do que a capacidade instalada permite, e do que justificam os padrões de qualidade que queremos ver generalizados a todos os portugueses.

Insisto: isso só se conseguirá através da concretização de uma política de ordenamento do território

domínios, porque as exigências são crescentes e diversificadas e o Estado tem de ser muito selectivo quanto ao objecto de aplicação dos fundos de que dispõe, reservando-os para accionar as molas mais directamente propulsoras do sistema complexo que a sociedade representa. O princípio a generalizar, a este respeito, será o da contractualização: o Estado dará um impulso a quem tomar à sua conta a obtenção de alguns meios de arranque da construção do equipamento em causa e curar de assegurar as despesas correntes que a sua exploração determinar.

Isso reclama um esforço particular no uso correcto dos recursos que se armazenam tendo de se fazer sentir aos utilizadores que estão a tratar com um factor dispendioso: abundante, felizmente, mas caro. É esta preocupação que nos há de orientar nas soluções físicas e nos arranjos institucionais: procuraremos os aproveitamentos hidráulicos, no maior número possível, mas sempre com a preocupação de assegurar que o recurso tornado disponível não seja mal aproveitado ou ignorado. Isto é verdade tanto para os usos agrícolas como para os energéticos ou para os de abastecimento doméstico.

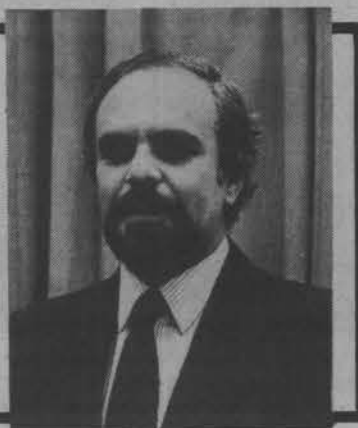
A qualidade de vida depende hoje de muitos factores. Já referi os que estão ligados ao ordenamento do território mas há muitos outros ligados à qualidade da água e do ar, ao enquadramento físico em que decorrer a nossa vida, à segurança com que consumimos os produtos de que temos necessidade, às oportunidades para fruir as belezas da Natureza, ao sossego e à ausência dos diversos tipos de agressões sonoras ou visuais, enfim a numerosas componentes sobre as quais já demonstrámos cuidado empenhado e em relação às quais quero deixar ficar aqui uma palavra de comprometimento responsável: faremos o máximo que estiver ao nosso alcance: algumas vezes, porém, será nesta Câmara que

acerca do processo de regionalização. Afirmámo-lo na legislatura anterior e insistimos em dizê-lo de novo: queremos avançar mas teimamos em fazê-lo de forma segura, não suscitando questões em que a discussão apaixonada mas superficial faça passar para segundo plano os aspectos mais substanciais do processo. As nossas posições actuais são coerentes com as anteriores e insistimos em afirmar que um assunto de tanta importância para o País não foi nem será orientado, na sua discussão e resolução, por razões de oportunidade. A qualquer nível espacial, uma discussão sobre as fronteiras tende sempre para uma divisão dos campos, entrenchando-se as pessoas atrás das posições que um conjunto complexo, objectivo e subjectivo, de razões determinou um dia, dificultando os ajustamentos posteriores que a razão aconselharia. Por outro lado, as experiências recentes estrangeiras, neste domínio, mostram que uma reforma compassada que permita a adaptação das atitudes e das formas de comportamento é mais frutuosa do que uma alteração radical do quadro institucional.

A nossa posição é, assim, de focar a atenção nas funções das futuras regiões administrativas procedendo à sua análise o desenhando as fronteiras e a de tudo fazer a ritmo que permita a absorção, por todos os actores, das novas regras de proceder.

O futuro próximo vai determinar alterações substanciais na nossa forma de reagir aos desafios que vamos ter de enfrentar. Mais do que aguardar que eles desabem sobre nós, já demonstramos capacidade para comandar a pequena parcela de autonomia de decisão que qualquer grupo de dez milhões de habitantes tem no mundo de hoje. Podemos dispor de uma capacidade de influência proporcionalmente maior do que a nossa quota-parte demográfica, porque somos uma velha Nação que soube fazer amigos, em todo o mundo, ao longo de nove séculos. Mas podemos ainda majorá-la por via da tenacidade em pertencer-mos ao nosso tempo, tentando entender os seus problemas e procurar para eles as soluções. Foi o que tentámos antecipar no Programa do Governo e foi o que eu procurei sublinhar agora em relação aos sectores cuja responsabilidade me cabe.

**A situação nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto é de tal modo gravosa que tem de se lançar mão, com urgência, de instrumentos que favoreçam a ultrapassagem das condições de vida que alguns dos seus habitantes têm de suportar.**



nescer. A primeira encontra como instrumento mais fácil o urbanamento dos centros urbanos de tamanho médio ou pequeno que, dessa maneira, justificaria melhor o equipamento que reclamam mas que, muitas vezes, não tem a procura que determinaria os limiares que são ambicionados. A segunda impõe operações de coordenação de serviços ou de decisão que se torna muito nocivo atrasar; é evidente que nada deve ser feito sem o envolvimento activo das Autarquias Locais. Todavia, a situação nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto é de tal modo gravosa que tem de se lançar mão, com urgência, de instrumentos que favoreçam a ultrapassagem das condições de vida que alguns dos seus habitantes têm de suportar.

É bom de ver que as duas operações têm de se processar em simultâneo; quer dizer, o revigoramento do papel dos centros urbanos pequenos e médios não pode deixar de acompanhar a arrumação das áreas metropolitanas e, em especial, dos seus subúrbios. Doutra modo, ao melhor, de forma isolada, a situação destes últimos não faríamos senão perpetuar o fluxo que para eles se dirige vindo dos pequenos centros ou das áreas rurais; a própria animação destas

que passa, naturalmente, pela definição de um quadro geral orientador e pelo envolvimento activo dos diferentes agentes de decisão, à frente dos quais estão, obviamente, os eleitos locais.

Elemento essencial da política de ordenamento do território será decerto a revisão de vários diplomas fundamentais, de forma a adequá-los à realidade do reforço do Poder Local entretanto ocorrido, a tornar mais apetecida por parte dos órgãos autárquicos a elaboração de planos de ordenamento, a clarificar melhor as regras de um jogo onde muitos são os agentes.

A legislação a produzir deverá ser simples e flexível, participada e rigorosamente cumprida.

Aflorada a questão do equipamento é importante que se diga que entendemos indispensável mobilizar todas as energias existentes e canalizar para a satisfação de necessidades colectivas de grande e de entrega à resolução de questões sociais que os nossos concidadãos sistematicamente adíbem. Isso sucede nas corporações de bombeiros e nas associações culturais, nas misericórdias e nos grupos desportivos, nos jardins de infância e tem de suceder em muitos outros

Tenho referido, sob uma forma ou outra, que a vida que ambuíamos para os Portugueses deverá ter maior nível e melhor qualidade. E acentuei já a importância da mobilização eficaz dos nossos recursos, à frente dos quais está, naturalmente, o produto da nossa inteligência e as contribuições que ela pode dar para o desenvolvimento do

**O País não tem dinheiro para sustentar serviços que operam com níveis de procura muito abaixo do que a capacidade instalada permite, ou dos que justificam os padrões de qualidade que queremos ver generalizados a todos os Portugueses.**

País e para o progresso da humanidade. Mas há outros recursos tornados mais facilmente directivos e eles próprios directivos e indirectamente influentes no nosso nível de vida; dentre eles, estão-me confiadíssimos os recursos hídricos. Dispondo de recursos brutos cerca de três vezes os valores médios europeus, a verdade é que a irregularidade no tempo e no espaço da sua ocorrência tornam dispendioso o seu cabal apro-

teremos de vir procurar a resolução das questões que se põem neste domínio. Estou certo de que os senhores deputados serão sensíveis aos valores que estão em jogo e à nossa responsabilidade e vontade de desenvolver e proteger com um sentido de utilidade, não pondo remédios em cima do que não pode ficar à margem da vida que corre.

Espera-se, naturalmente, que eu diga uma palavra

# JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

## JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 333 • 23 DE SETEMBRO DE 1987

COORDENADOR

**PEDRO GOMES**

COORDENADORES-ADJUNTOS

**MANUEL DUARTE**

**PAULO GUEDES DA SILVA**

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 675

## NESTA EDIÇÃO

- DEFESA NACIONAL
- AMBIENTE
- CONVOCATÓRIAS

# ONDE ESTÁ A CONSCIÊNCIA DA DEFESA NACIONAL?

Na definição dos conceitos a **Segurança Nacional** é uma situação global que visa a independência nacional enquanto que a **Defesa Nacional** é o conjunto de medidas que visam garantir essa segurança.

É possível encontrar em revistas técnicas artigos que abordem a problemática dos transportes e da mobilização nacional, a defesa da língua portuguesa, a questão das dependências energéticas, a utilização potencial de metais raros... Tudo isso e o padrão-comum de «contar as espíngardas» pode considerar-se como abrangendo a **Defesa Nacional** no sentido total. Começa-se por definir onde partem as ameaças e por descobrir as vulnerabilidades do país para depois se estabelecer um conceito estratégico de defesa e modalidades de acção a emprender. As vulnerabilidades do nosso país deverão ser remediadas pela análise do real procurando uma forma de desenvolvimento global e integrado que tenha em atenção as assimetrias regionais e insulares. As potencialidades deverão ser maximizadas com confiança no **homem português** e na capacidade de ultrapassagem das crises. A nossa crise não é apenas ideológica, tem a ver com o fim da era «colonial», com o voltar à Europa e continuar no Atlântico com a reafirmação de que somos uma **pequena potência regional**.

Para ultrapassar a crise há que otimizar os recursos, aguçar as ideias, rentabilizar com custos mínimos as capacidades máximas juntando no mesmo cadinho os esforços das inteligências civil e militar.

O desenvolvimento integrado obtém-se pela redução das dependências ao estrangeiro e pelo incremento das potencialidades científicas e tecnológicas nacionais. Isso pode significar, em determinado momento, travar as despesas militares para produzir riqueza mais rapidamente, essa decisão compete ao Governo democraticamente eleito, se essa for a vontade do povo. Mas esse Governo não deve deixar esmorecer as motivações militares e

por isso deve tentar encontrar fontes de financiamento e de produtividade adicionais que não coloquem as Forças Armadas em segundo plano. Isso obtém-se através de acor-

tralização. A saúde tem que ser reorganizada, a investigação científica aplicada tem que ser incrementada, há que reformular e financiar o sector das pescas, ao mesmo tempo que se me-

de graves problemas de segurança rodoviária e ferroviária poderão acelerar o crescimento de polos no interior do território, além de melhorar o acesso à Europa. Neste contexto, a pequena e a média empresa têm que ser salvas da feroz competição europeia.

4 Hoje em dia a **qualidade de vida** e a **qualidade industrial** são a pedra de toque da defesa do ambiente, o que é o mesmo que dizer a **defesa do património nacional**. A questão nuclear tem que ser debatida, estudada e não deve

LOMBA MARTINS

viduo contra a criminalidade e as deficiências do próprio sistema judiciário e uma organização nacional e eficiente dos Serviços de Informação da República.

6 Sem dúvida que a **protecção civil** tão esquecida, tem que ser urgentemente revitalizada nos aspectos de combate contra incêndios e calamidades públicas, cooperação mútua de Forças de Segurança, militares e de

7 A componente da **política externa** deverá manter uma acção diplomática tradicional e económica voltada para a CEE e para os países de expressão portuguesa. O departamento da defesa nacional deve estruturar-se com minúcia para intensificar as nossas relações com a NATO e explorar os acordos bilaterais de natureza militar. Os «embaixadores» da rádio, da canção e do futebol não devem ser esquecidos.

8 A componente militar deverá ser reorganizada e prestigiada para a **função militar**, mas com capacidade de, apoiar a protecção civil e o desenvolvimento do interior. Aqui concorrem a utilização do equipamento colectivo da engenharia, a formação técnica com diplomas válidos no sector civil, o lançamento de tecnologias de ponta, a fiscalização da ZEE, a interligação entre Fábricas/Universidades e Forças Armadas na investigação e exploração de novas tecnologias.

## O desenvolvimento integrado obtém-se pela redução das dependências ao estrangeiro e pelo incremento das potencialidades científicas e tecnológicas nacionais

dos bilaterais, aumento das modalidades de apoio técnico e formação especializada internacional, utilização no sector civil de bons técnicos e gestores militares e empenhamento de cientistas e investigadores em aplicações militares.

As frustrações de uma geração envolvida na guerra de África e a dissociação civil/militar têm que ser ultrapassadas. As Forças Armadas devem empenhar-se mais, homens e máquinas, em áreas produtivas de entendimento comum da Ciência e Tecnologia, indústrias de armamento, na defesa civil e na protecção do indivíduo, na política externa conforme se mostra no quadro anexo. Mas acima de tudo o que conta é o valor duma consciencialização na independência nacional e no trabalho colectivo do país que somos.

### 1 ANEXO:

#### Como se obtém uma consciência de Defesa Nacional:

1 Desenvolvendo a **componente humana**; a) pela defesa da língua e cultura portuguesa no mundo; b) pelo combate ao analfabetismo e o maior rigor no ensino do Português e da Matemática; c) pela educação do que é a defesa do país e o valor do colectivo sobre o individual.

2 Pelo **desenvolvimento sócio-económico** detectando os obstáculos e os estrangulamentos ao crescimento, pela regionalização, desconcentração e descen-

lhora a fiscalização da nossa ZEE. A revisão constitucional, as reformas estruturais e as leis do serviço militar têm que acompanhar o país real.

3 Concorrentemente, haverá que fugir à **dependência logística** expressa sob a forma de carências energéticas e de alimentação, aumentar a criação de produtos ligados a tecnologias de ponta com interesse estratégico (viaturas, electrónica e componentes eléctricos, lasers, armamento ligeiro e munições, navios, ect.). Uma rede de auto-estradas, vias rápidas e a resolução

## A nossa crise não é apenas ideológica, tem a ver com o fim da era «colonial», com o voltar à Europa e continuar no Atlântico com a reafirmação de que somos uma pequena potência regional

ser tratada com amadorismo.

5 Concorrem também para a **Defesa** a actuação correcta mas com autoridade das **Forças de Segurança**, a **protecção do indi-**

assistência social, coordenação nacional e regional para a elaboração e concretização de planos civis de emergência, defesa contra ataques aéreos e contra radiações nucleares.





almanaque

## Novos órgãos locais

### MATOSINHOS

Presidente: José Carlos Madeira da Rocha Dias  
Vice-presidente: Armando Albino Dias Venâncio  
Secretário: Victor Miguel da Graça Rocha Ribeiro  
Tesoureiro: José António Dias Figueiredo  
Vogais: Luís António do A. C. Lacerda, Pedro de Sá Pereira e Joaquim Almeida.

### BOMBARRAL

#### MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Feliciano Barreiras Duarte; Vice-presidente: António Silva Faustino; 1.º Secretário: Francisco Pereira Bernardino; 2.º Secretário: Graça da Silva Mougá.

#### COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: Luís Campos e Silva;  
Vice-presidente: António Francisco Maximino;  
Tesoureiro: Paulo Jorge Patrício;  
Vogais: Pedro Barreiras Cavalheiro, Luís Miguel Margalho, Fernando Jorge dos Santos, Jorge Manuel Ferreira, Carlos Oliveira Nunes e Gonçalo Filipe Gomes.  
Suplentes: João Vilaça Pereira, Pedro de Jesus Figueiras e João Carlos Duarte.

#### CONSELHO DISTRITAL

Feliciano Barreiras Duarte, António Fialho Marcelino, Luís Campos e Silva, António da Silva Faustino, António Francisco Maximino, Pedro Barreiras Cavalheiro, Paulo Jorge Patrício, Nuno Casanova da Silva, Gabriel Rodrigo Rodrigues, Luís Miguel Margalho, Jorge Manuel Ferreira, Carlos Oliveira Nunes, Gonçalo Filipe Gomes, Pedro de Jesus Figueiras, Maria de Fátima Pinto Santos, João Adelino Martins, Miguel Silva Faustino, Alexandre Casanova da Silva, Hugo Alexandre Nicolau, Paulo Jorge Figueiras, Paulo Ferreira de Oliveira, Paulo Beco Marques, Fernando Jorge dos Santos, Amadeu Castelo Lopes, Henrique Nunes Pinto, João Vilaça Pereira, Ana Judite Gomes, e Renato da Silva Barbosa.

#### NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAIS DEMOCRATAS

Director: Miguel Silva Faustino;  
Secretário: Teresa Guilherme Nicolau;  
Vogais: António Francisco Maximino, Carlos Oliveira Nunes, Nuno Casanova da Silva, Henrique Pedro Figueiras, Jorge Manuel Ferreira, Luís Campos da Silva, Pedro Barreiras Cavalheiro, Gonçalo Filipe Gomes e Luís Miguel Margalho.

#### DELEGADOS DO N. E. S. D. À C. E. S. D. DE LEIRIA

Miguel Silva Faustino, Pedro Barreiras Cavalheiro, Nuno Casanova da Silva, Gonçalo Filipe Gomes, Henrique Pedro Figueiras, Jorge Manuel Ferreira e Teresa Alexandra Nicolau.

### MIRANDELA

Ao abrigo dos estatutos nacionais, convocam-se todos os militantes da secção de Mirandela para um Plenário de Secção a realizar no dia 10 de Outubro, às 14.30 horas na sede concelhia do PSD, com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Balanço final das actividades da CPS/JSD
- 2 — Eleição da nova CPS, delegados ao CD/JSD e Mesa do Plenário

A entrega de listas termina às 21.30 horas do dia 15 de Outubro e pode ser feita na sede do PSD de 12 a 15 entre as 21.00 e as 21.30 horas, sendo obrigatória a entrega simultânea da lista de proponentes.

**Luís F. T. Beleza**  
Presidente da CPS/JSD

## CONVOCATÓRIAS

### BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos da Juventude Social Democrática convoco um Conselho Distrital ordinário para o próximo dia 3 de Outubro (Sábado) pelas 15 horas, na sede distrital do PSD, em Bragança, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação político-juvenil distrital e nacional.
- 2 — Apresentação e aprovação do relatório de contas e de actividades dos órgãos distritais cessantes.
- 3 — Eleição dos órgãos distritais e dos representantes da JSD ao PSD.
- 4 — Outros assuntos de interesse para a JSD distrital.

Nota: As listas concorrentes às eleições deverão ser remetidas à sede distrital do PSD, em Bragança, até quarenta e oito horas antes do acto eleitoral.

O presidente da Mesa do Conselho Distrital

**Manuel Alonso**

### BARREIRO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoco o Plenário de Secção do Barreiro, para o próximo dia 27 de Setembro de 1987 (Domingo) pelas 15 horas na sede do P. S. D. / J. S. D., sita na Rua Miguel Pais N.º 39 no Barreiro.

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Aprovação do Regulamento Interno
- 2.º — Informações

Nota: Esta convocatória anula a anterior, publicada no n.º 332.

O presidente da C. P. S. / J. S. D. Barreiro

**João Massapina**

### SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Secção do Seixal da JSD para um Plenário de Secção Ordinário a realizar no dia 25 (vinte e cinco) de Setembro de 1987, pelas 21 horas na sede Concelhia, sita na Rua M. F. A. lote 1 Loja A, Correr D'Água, Fogueteiro, Seixal, com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1 — Informações
- Ponto 2 — Análise da Situação Política Local
- 2.1. — Comissão Política Secção
  - 2.2. — Eleição de membros para a C. P. S. / J. S. D.
  - 2.3. — Laranjadas/87
  - 2.4. — Apresentação do Balancete
  - 2.5. — Relatório de Actividades / Plano de Actividades 87/88.
- Ponto 3 — Análise da Situação Político-Partidária

P.ª Mesa do Plenário

O Presidente

**António Duro**

### SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes de Secção da JSD do Seixal para um Plenário de Secção Extraordinário a realizar no dia 2 de Outubro de 1987, pelas 21 horas, na sede Concelhia sita na Rua M. F. A. lote 1, Loja A, Correr D'Água, Fogueteiro, Seixal, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1 — Informações
- Ponto 2 — Apresentação das Laranjadas/87.

P.ª Mesa do Plenário

O Presidente,

**António Duro**

### PORTO - SÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais convocam-se todos os militantes da J. S. D. da Secção da Sé — Porto para um plenário de secção a realizar no dia 2/10/87 pelas 21.30 horas na sede da Secção do Bonfim, sita à Av. Rodrigues de Freitas 46, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição da Comissão Política da J. S. D. da Secção e dos delegados ao Conselho Distrital.

### FÂNZERES

Ao abrigo dos estatutos nacionais da J. S. D., venho convocar todos os militantes do Núcleo local, para um Plenário a realizar no próximo dia 26 do corrente, pelas 16 horas, na sede provisória sita à Rua D. João de Castro, 775, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da situação político e/ou partidária

O Presidente da C. P. da JSD

**Fernando Paulo R. Sousa**

### MAFAMUDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, a Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia da JSD, convoca os militantes de Núcleo de Mafamude a reunirem em plenário no próximo dia 2 de Outubro de 1987, pelas 21.30 horas, na sede concelhia da JSD, sita à Rua Francisco Sá Carneiro, 1339, Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1. Informações sobre a actividade do Núcleo.
2. Eleição da Comissão Política do Núcleo de Mafamude.

As listas candidatas a ponto 2. da ordem de trabalhos devem dar entrada até às 23.00 horas do dia 1 de Outubro na sede concelhia da JSD.

A Comissão Política da JSD de V. N. de Gaia

O Presidente

**Firmino Pereira**

### GRIJÓ

Ao abrigo dos estatutos nacionais, vem por este meio a Comissão Política da J. S. D. de Grijó, convocar o Plenário de Núcleo da J. S. D. de Grijó, a realizar no dia 9 de Outubro pelas 21h30m com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações e apresentação do relatório de actividades.
- 2 — Apresentação e aprovação de contas.
- 3 — Eleição de nova Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas devem ser entregues com 48 horas de antecedência na sede de Núcleo.

### OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata, convoco o Plenário de Secção da JSD, de Oliveira de Azeméis, para o próximo dia 3 de Outubro de 1987, Sábado, com início pelas 15 horas, tendo a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Discussão e votação do regulamento interno dos órgãos da JSD de Oliveira de Azeméis.
- 2 — Nomeação de Delegados ao Conselho Distrital
- 3 — Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Plenário

**Martim da Silva Azevedo**



destaque

# POLUIÇÃO DE SOLOS

(continuação do número anterior)

A erosão acelerada directamente associada a uma agricultura abusiva, à destruição da vegetação natural protectora sobrepasto-

ciosas. De facto o emprego de pesticidas embora aparentemente benéfico pois elimina os insectos e pragas que podem comprometer o sucesso económico da colheita, constitui um grave

inimigo das culturas não se traduz por uma relação simples ou linear. Um insecticida, um fungicida ou um herbicida não é tão específico como seria desejável. A variedade de intervenção que se exerce entre os diferentes componentes do ambiente impede tal linearidade. Deste modo o espectro de vítimas é mais extenso do que o visado, acabando por destruir outros organismos que sendo inocentes até podem eventualmente ter um papel útil e favorável ao homem. Esses organismos podem ser vítimas ou porque são igualmente susceptíveis ao produto químico ou devido à complexidade de relações tróficas consumirem presas contaminadas.

As consequências do uso

de produtos fitossanitários, por vezes pagam-se a preços elevados, não só pelas destruições da fauna e flora eventualmente util tais como predadores dos insectos indesejáveis ou polinizadores das árvores de fruto, acontece também em certos casos que a praga tornou-se mais abundante no ano seguinte à aplicação, devido ao descréscimo do controle natural, dependente da densidade, exercida pelos parasitas, noutros casos a redução da abundância duma praga resultou no aumento da abundância de outra mais resistente.

Os ecossistemas naturais são homeostáticos isto é mantêm a sua estrutura e as suas funções por meio de uma multiplicidade de equilíbrios dinâmicos controlados por mecanismos de regulação interdependentes. Devido a esta propriedade os sistemas complexos opõem-se à mudança por todos os meios à sua disposição mantendo deste modo a estabilidade. Essa estabilidade é alcançada por um conjunto de mecanismos reguladores complexos que dependem fortemente da diversidade e variedade de componentes em intervenção, pois a sua presença supõe também a existência de uma diversidade e variedade de ciclos de regulação susceptíveis de restabelecerem o equilíbrio. A agricultura intensiva introduziu perigosas simplificações no ecossistema ao reduzir o número de espécies, privilegiando umas poucas e eliminando as restantes. A natureza reage e procura a regressão a um estado de complexidade mais elevado, pela proliferação de insectos e ervas daninhas, processo que os agricultores impedem recorrendo a doses elevadas de pesticidas e herbicidas ou extraindo as ervas daninhas. Como resultado da sua acção surge um ecossistema desequilibrado incapaz de se autoregular e evoluindo num ciclo de retroacção positivo.

Para além dos custos ecológicos e económicos a saúde pública está também ameaçada. Certos insecticidas quimicamente estáveis deixam resíduos tóxicos no solo e nos alimentos humanos e sabores desagradáveis. Um estudo efectuado numa zona dos E. U. A., em 1957, com uma agricultura modernizada, revelou que 60% das amostras de

leite do mercado continha resíduos de pesticidas organoclorados alguns com concentração (1,5 ppm) suficiente para matar moscas susceptíveis ao D. D. T.

A luta química continuará a ser um mal necessário enquanto a alternativa biológica ou então luta integrada a não poderem substituir, pois dada a sua reconhecida rapidez e eficácia de acção é a que melhor satisfaz as exigências do mercado. Investigações têm sido realizadas no sentido de diminuir os efeitos tóxicos dos produtos fitofarmacêuticos sem no entanto

minuição relativa de outros importantes compostos não azotados, nomeadamente os hidratos de carbono, com reflexos desfavoráveis no teor do amido da batata, no grau alcoólico dos vinhos, etc. Outro efeito do azoto é o aumento da área folhear pela formação de células maiores com paredes mais finas e portanto mais suculenta, menos resistente ao ataque de insectos, fungos e condições adversas, como sejam a secura e a geada.

A agricultura, apesar de milenária, continua e continuará a ser necessária, na

P. QUELHAS BRITO

**O emprego de pesticidas embora aparentemente benéfico pois elimina os insectos e pragas que podem comprometer o sucesso económico da colheita, constitui um grave problema ecológico**

reio representa anualmente bilhões de toneladas de solo perdido.

Igualmente como consequência da destruição indiscriminada dos ecossistemas naturais uma riqueza incalculável de recursos naturais são delapidados; são exemplos disso o desaparecimento de espécies de fauna e flora, empobrecendo o património genético da terra.

Em cada ano os fogos em florestas e matas destroem cerca de 2 milhões de toneladas de matéria orgânica.

Infelizmente as Primaverares são cada vez mais silên-

problema ecológico. Na realidade a acção de um produto fitofarmacêutico na luta química contra os

**A luta química continuará a ser um mal necessário enquanto a alternativa luta biológica ou então luta integrada a não poderem substituir, pois dada a sua reconhecida rapidez e eficácia de acção é o que melhor satisfaz as exigências do mercado.**

**Exemplos da destruição indiscriminada dos ecossistemas naturais são o desaparecimento de espécies da fauna e flora, empobrecendo o património genético da terra.**

**Em cada ano os fogos em florestas e matas destroem cerca de 2 milhões de toneladas de matéria orgânica.**



diminuir a sua eficácia, aumentando a sua especificidade no ataque às pragas e torná-las mais desagradáveis isto é quimicamente instáveis após a sua acção.

À semelhança dos pesticidas, os alimentos humanos também são susceptíveis de ser poluídos ou pelo menos reduzida a sua qualidade pela já mencionada incorrecta aplicação de fertilizantes. Dos adubos utilizados aqueles que eventualmente podem prejudicar a qualidade dos alimentos quando aplicados em excesso e/ou na fase do ciclo vegetativo menos indicada, são os azotados. De facto, sendo o azoto absorvido em quantidades superiores às fisiologicamente necessárias podem ocorrer inconvenientes vários, tal como a acumulação de nitratos e de nitritos nas folhas, sendo este último tóxico e causador da doença conhecida por metamoglobinemia. Outra influência negativa do excesso de compostos azotados é a di-

realidade à semelhança dos nossos irmãos inferiores (sob o ponto de vista fitogenético) também nós temos que obter a energia dos ecossistemas, embora de forma diferente.

Estando dependentes da natureza temos que a saber conservar, doutro modo comprometemos a nossa sobrevivência.

Resta a esperança que a investigação fundamental, aplicada e operacional esclareçam as vias que conduzam a técnicas menos agressivas na exploração dos recursos naturais. O ardenamento biofísico do território respeitável para uma utilização racional do ambiente. É necessário também criar nas pessoas uma sensibilidade ecológica bem como a responsabilidade de cada um se defender como consumidor.

No entanto a solução está na educação, é imperioso criar-se novos valores que assentem na cooperação e profundo respeito pela natureza.

## PROGRAMA DO XI GOVERNO CONSTITUCIONAL

Aprovado na Assembleia da República, o Programa do XI Governo Constitucional é um documento que interessa a todos os portugueses, pois nele estão contidas as linhas mestras que orientarão a actuação do Governo nos próximos quatro anos. Por outro lado, as responsabilidades acrescidas dadas aos sociais-democratas pelo resultado das eleições legislativas de 19 de Julho impõem a todos eles um conhecimento mais aprofundado dos traços fundamentais de um programa de governo a que estão fundamentalmente ligados, porque consubstancia a linha programática do PSD e visa uma prática inteiramente identificada com a Social Democracia.

# I — Organizar o Estado fortalecer a democracia

## 4. POLÍTICA EXTERNA

A política externa portuguesa pautar-se-á em todas as circunstâncias pela defesa permanente e intransigente dos interesses nacionais e pela crescente afirmação de Portugal na cena internacional.

Dependendo a coerência e o vigor da política externa da situação política económica social prevalente internamente entende o Governo estarem reunidas as condições necessárias para uma acção externa que privilegie iniciativas. Com efeito, a acrescentar ao significativo consenso existente entre os órgãos de soberania quanto aos grandes eixos da política externa portuguesa, dispõe-se hoje de instituições democráticas sólidas e respeitadas, vive-se em estabilidade política e percorre-se um ciclo de progresso económico e social.

Por outro lado, Portugal tem hoje uma imagem respeitada, — particularmente nítida em áreas tão importantes como são a Aliança Atlântica, a Europa dos «Doze», a África Austral, a América Latina ou a Ásia — que lhe permitem desempenhar um papel activo na promoção da paz, da segurança, dos valores das democracias ocidentais e dos princípios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Acta Final de Helsínquia.

Neste espírito, entende o Governo ser indispensável preservar a unidade de condução da política externa, reforçar a globalização da acção externa e garantir a eficácia e operacionalidade da rede diplomática e consular.

Numa linha de continuidade, as grandes prioridades em matéria de política externa centrar-se-ão:

— Na participação activa no processo de construção da Europa, assegurando em permanência a defesa dos interesses portugueses, e fazendo da adesão às Comunidades Europeias um decisivo factor da modernização e desenvolvimento do país;

— Na participação activa na Aliança Atlântica, com pleno empenhamento nas tarefas da OTAN;

— No reforço dos laços políticos, económicos e culturais e na diversificação da cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, tendo em atenção as especiais responsabilidades históricas de Portugal relativamente à África e, particularmente, à África Austral;

— No apoio às Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo e no reforço do papel que a estas cabe não só na afirmação e projecção dos valores e interesses portugueses, como no desenvolvimento e modernização de Portugal.

Outros aspectos importantes da política externa merecerão igualmente a atenção do Governo, realçando-se:

— A procura, em sintonia com o Presidente da República e em articulação com a Assembleia da República, de uma solução condigna para a questão de Timor, a qual garanta o pleno respeito pela identidade cultural e religiosa do povo timorense e a preservação da matriz cultural portuguesa do Território;

— A execução do Acordo Luso-Chinês sobre Macau, procedendo-se, após ratificação parlamentar, à instauração dos mecanismos previstos no Acordo para o período de transição, de que se salienta o Grupo de Ligação entre o Governo de Portugal e o Governo da República Popular da China.

— A reaproximação global de Portugal à América Latina, com especial ênfase na relação privilegiada com o Brasil;

— O reforço da participação e intervenção de Portugal em organizações internacionais, como instrumento de apoio à nossa acção enquanto elo de ligação entre o mundo ocidental e os países de desenvolvimento, principalmente, da África, da América Latina e da Ásia;

— O aprofundamento das relações políticas, económicas e culturais com outros países com raízes históricas comuns a Portugal, designadamente no Médio-Oriente, Magreb e Ásia;

### Integração Europeia

Um duplo objectivo norteia a acção do Governo neste domínio particularmente decisivo para os interesses nacionais:

— Optimizar os efeitos da adesão às Comunidades Europeias no sentido da modernização e desenvolvimento do País, assegurando-lhe elevada expressão no contexto comunitário;

— Participar activamente no processo de construção europeia, apoiando a prossecução das reformas comunitárias no sentido exigido pelo desenvolvimento económico e social do País e pelo futuro da Comunidade.

Por um lado, tratar-se-á de aproveitar com êxito os decisivos impulsos que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias proporciona ao desenvolvimento económico e social do País.

Por outro lado, traduzir-se-á na valorização do País, enquanto parceiro europeu de vocação universal e com riquíssimo património histórico e cultural, no processo da construção europeia.

Para a realização deste duplo objectivo, o Governo considera de primordial importância:

— Defender o princípio da coesão económica e social, em ordem a assegurar o desenvolvimento acelerado das regiões mais pobres da Comunidade e a consequente redução das assimetrias regionais;

— Valorizar no quadro comunitário as nossas ligações com o resto do mundo, em especial com os países de expressão portuguesa;

— Apoiar a realização do mercado interno europeu;

— Concretizar o programa de modernização da indústria portuguesa;

— Preparar a presidência portuguesa em 1992.

A construção europeia tem inegavelmente uma dimensão social que transcende a dimensão mercantil. A realização da chamada Europa dos cidadãos, a valorização dos recursos humanos e em particular

da juventude, a concertação social e a melhoria da qualidade de vida, incluindo a defesa do ambiente e dos consumidores, constituem domínios que reunirão a atenção e o apoio do Governo.

Será defendida a afectação do Acto Único Europeu na perspectiva de que esse compromisso constitui um passo positivo e equilibrado em direcção à união europeia.

Nesse mesmo contexto será concedido apoio construtivo à realização do mercado interno, mas salvaguardando intransigentemente a faculdade de recorrer a derrogações temporárias ou medidas transitórias previstas no Acto Único Europeu em favor das economias mais débeis, sempre que a realidade portuguesa o justificar.

O Governo participará activamente nesse processo de reformas em curso na Comunidade de acordo com as seguintes orientações:

— Apoiar o processo de reformas, no sentido de reforçar a coesão económica e social no espaço europeu;

— Privilegiar a redução das assimetrias regionais através dos fundos estruturais e da sua afectação prioritária às regiões menos desenvolvidas da Comunidade;

— Racionalizar a política agrícola comum, aproximando-a das realidades do mercado e acautelando as especificidades do nosso País;

— Promover novas medidas e acções para apoio às pequenas e médias empresas sobretudo no domínio da modernização tecnológica e para promoção da investigação científica e protecção do ambiente;

— Assegurar um novo sistema de financiamento da Comunidade que seja mais equitativo e proporcione mais recursos próprios.

Os Acordos da Comunidade com os Países da Bacia do Mediterrâneo serão objecto de um acompanhamento particular por parte de Portugal.

Durante o primeiro semestre de 1992 Portugal assumirá a presidência da Comunidade. Importa preparar desde já o esforço que vai então ser pedido ao País e que terá de ser reali-

zado com competência e dignidade.

Até 1992 decorre a transição estabelecida no tratado de adesão para o sector industrial, terminando em fins de 1990 o primeiro período transitório para o sector agrícola. Gerir de forma eficaz e com pleno aproveitamento estas importantes transições constitui aspecto fundamental a merecer a atenção do Governo.

O natural e desejável estreitamento das relações económicas com a Espanha deverá ser promovido de forma harmoniosa. O Governo velará pelo cumprimento dos regimes transitórios negociados e defenderá, as medidas indispensáveis para prevenir eventuais desequilíbrios económicos decorrentes da interpenetração das economias dos dois Estados.

O Governo assume a responsabilidade de valorizar no quadro comunitário, as relações privilegiadas com os países de língua oficial portuguesa, o que se traduzirá pelo aprofundamento dos laços entre a Comunidade e os países da Convenção de Lomé.

No que respeita às negociações em curso no GATT, Portugal pugnará pelas indispensáveis transições nos domínios de manifesta sensibilidade.

O Governo empenhar-se-á na concretização do apoio ao programa de modernização da indústria portuguesa no domínio dos compromissos constantes no tratado de adesão.

O Governo prosseguirá também no que respeita aos assuntos comunitários um diálogo regular e transparente com a Assembleia da República. Sem prejuízo do que procede, o Governo considera necessário revogar a Lei nº 28/87, de 2 de Junho, cujo conteúdo se revela inaceitável, quer por interferir nas competências do Governo, quer por traduzir um entendimento errado no funcionamento das instituições comunitárias.

Tendo em conta a dimensão nacional da integração europeia e a ímpar complexidade dos seus mecanismos e efeitos sobre o tecido económico e social, o Governo dinamizará programas de formação e informação dirigidos selectivamente ao público em geral, aos jovens, aos agentes eco-

nómicos, aos quadros da Administração e aos responsáveis autárquicos.

### Cooperação

O Governo entende a cooperação como uma política de interesse nacional e de longo prazo, não devendo os seus resultados ser aferidos numa perspectiva meramente conjuntural ou com referência a momentâneos interesses parcelares.

A dinamização das relações com os países africanos de língua oficial portuguesa terá como instrumento privilegiado uma política de cooperação orientada para acções concretas e mutuamente vantajosas, concedendo especial revelância ao vector cultural.

Nas áreas sociocultural, científica e tecnológico serão incentivados o ensino, a saúde e a difusão da língua e cultura portuguesas, o apoio científico e técnico e a formação de quadros.

O Governo irá manter e aprofundar o relacionamento com aqueles países de modo a garantir as condições políticas mais favoráveis à adequada expansão e desenvolvimento da actividade económica de entidades portuguesas, públicas ou privadas.

As acções de cooperação, cada vez mais diversificadas, serão devidamente enquadradas, procurando-se, através da globalização da perspectiva, obviar à dispersão ou desperdício das iniciativas tomadas, retirando o máximo benefício dos recursos disponíveis. Será dada particular atenção ao aproveitamento prático das propostas e decisões acordadas no âmbito das Comissões Mistas.

O Governo aproveitará os mecanismos multilaterais adequados, nomeadamente do sistema das Nações Unidas e das Comunidades Europeias, para a política de cooperação. Tomará sobretudo em consideração a necessária mobilização de recursos humanos portugueses, de reconhecida capacidade e especial vocação neste domínio, procurando que a sua acção responda às reais e efectivas necessidades dos países com que a cooperação se desenvolve, nomeadamente Estados africanos de língua oficial portuguesa.

# TSD preparam IV Congresso da UGT

A preparação do IV Congresso da UGT, a realizar nos primeiros dias de Fevereiro do próximo ano, está a ser encarada com a maior seriedade pelos Trabalhadores Social-Democratas.

Existe a convicção de que as decisões que nele forem tomadas irão ter consequências decisivas para o futuro do movimento sindical, para os trabalhadores portugueses e mesmo para a sociedade em geral.

É assim que, a culminar uma série de reuniões mais restritas e de contactos diversificados que tem

— **Aposta no reforço da unidade dos sindicalistas social-democratas**

— **Empenhamento total na UGT**

vindo a ter lugar nos últimos meses, realizou-se na Sede Nacional dos TSD, no passado dia 17, uma reunião de Social-Democratas dirigentes da UGT e dos seus sindicatos mais representativos.

Durante a reunião foi aprovado um importante

documento de orientação geral a que fazemos referência nesta edição e aprovada a constituição de uma Comissão que dinamizará a preparação e intervenção da tendência sindical social-democrata tendo em vista o Congresso. Ainda no âmbito da situação político-sindical, o Secretariado Nacional dos TSD emitiu um comunicado onde toma posição sobre a eventual entrada da CGTP-IN para o Conselho Permanente de Concertação Social e recebeu uma efusiva mensagem de felicitações de trabalhadores bancários moçambicanos.

## Reunião de dirigentes sindicais sociais democratas



É o seguinte o texto do Comunicado distribuído no final da reunião de Dirigentes Sociais-Democratas da UGT e dos seus principais Sindicatos:

1. Os Dirigentes Sindicais Social Democratas têm vindo

cal e para a sociedade portuguesa em geral.

c) O IV Congresso da UGT, a realizar em Fevereiro próximo, no qual depositamos as maiores esperanças de vir a constituir um marco histórico que sedimente a unidade das

**A modernização da sociedade portuguesa exige um movimento sindical unido, empenhado e responsável**

mento da unidade, no quadro da UGT e dos Sindicatos, das tendências sindicais social-democrata e socialista, e nós estamos totalmente empenhados nesse projecto comum.

3. O próximo Congresso da UGT pode ser, com o empe-

cial como meio insubstituível de participação conjunta na construção do país novo, por que todos ansiamos, e que contemple um conjunto coerente e global de medidas tendo em vista, entre outros objectivos estimáveis para os portugueses:

**O IV Congresso da UGT pode constituir um marco histórico com profundas implicações favoráveis aos interesses dos trabalhadores e da sociedade em geral.**

nhamento sereno e responsável de todos, o Congresso da unidade assumida e real e, portanto, uma vitória dos trabalhadores portugueses.

Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para, em conjunto com a tendência sindical socialista, assumirmos as

— O desenvolvimento e a modernização da economia nacional;

— A criação de riqueza e a sua mais justa distribuição;

— O aumento do Emprego e a protecção social dos mais desfavorecidos;

**Os Sociais Democratas estão totalmente empenhados no aperfeiçoamento da unidade, no quadro da UGT e dos Sindicatos, entre as tendências sindicais social democrata e socialista.**

grandes linhas de actuação futura da UGT, corporizada num projecto que continue a privilegiar a Concertação So-

— Um programa eficaz de Formação Profissional;

— A aplicação célere da justiça no trabalho;



— A Actuação atempada da Inspeção Geral do Trabalho;

— O combate ao trabalho infantil;

vontade de empenhamento activo na sua concretização, os dirigentes sindicais social-democratas deliberam constituir

**Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para, em conjunto com a tendência sindical socialista, assumirmos as grandes linhas de actuação futura da UGT.**

— A criação de condições que respondam aos anseios dos jovens trabalhadores;

— O aprofundamento da democratização do movimento sindical.

uma Comissão, a qual fica mandatada para promover a realização de um plenário Nacional de Dirigentes Sindicais Social Democratas no próximo mês de Outubro, no qual serão debatidas e aprovadas as formas concretas de intervenção no futuro próximo.

**Desafio europeu e vitória maioritária dos sociais-democratas em 19 de Julho são referências obrigatórias de qualquer análise político-sindical para o futuro.**

a realizar uma série de reuniões de trabalho e de profunda reflexão sobre o actual momento do País e o próximo futuro e as exigências que a conjuntura reclama dos portugueses em geral e do Movimento Sindical em especial.

As conclusões dessa reflexão apontam para determinar como condicionantes prioritárias da sua estratégia e do seu trabalho futuro as seguintes realidades:

a) A articulação conjugada do desafio Europeu e das consequências do resultado das eleições legislativas de 19 de Julho, ao referendar um poder político estável, avalizado pela maioria do povo português.

duas Tendências Sindicais Democratas e onde assentem as grandes linhas mestras de actuação da UGT no período decisivo para Portugal e para os Trabalhadores, que são os últimos anos do Séc. XX.

2. Os sindicalistas social-democratas sempre entenderam o movimento sindical como um meio e um instrumento de progresso e justiça social.

Assim, julgamos indispensável a implementação de um ambicioso projecto de recriação e prática do movimento sindical, a desenvolver no seio da UGT e que o transforme crescentemente na estrutura aberta, transparente e participada dos trabalhadores portu-

**O Sindicalismo de inspiração anarco-revolucionária saldou-se por resultados prejudiciais aos interesses dos trabalhadores e ao prestígio do movimento sindical. Há que recriar a imagem do sindicalismo, como factor imprescindível de democraticidade e de equilíbrio da sociedade portuguesa.**

b) A necessidade de recriação da imagem do movimento sindical, como factor imprescindível de democraticidade e de equilíbrio da sociedade portuguesa, em contraponto ao pretenso sindicalismo de inspiração anarco-revolucionária, cujos resultados têm sido prejudiciais para os interesses dos trabalhadores, para o prestígio do movimento sindi-

gueses e de concretização dos seus anseios.

Declaramos, e queremos fazê-lo publicamente, que o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento e a modernização da sociedade portuguesa, os interesses dos trabalhadores portugueses, passam pelo fortalecimento do movimento sindical democrático. É isto exige o aperfeiço-

Aos Órgãos de Comunicação Social  
**COMUNICADO**

A Intersindical tornou público que vai promover um debate interno para decidir sobre a sua entrada para o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS).

Os TSD congratulam-se com tal facto, porque sempre defenderam o protagonismo social como a forma mais correcta para resolver os problemas dos trabalhadores e do País. E se a CGTP-IN vier a integrar o CPCS, isso significará, por um lado, o reconhecimento tardio mas inequívoco do mérito da política sindical dos social-democratas e da UGT e, por outro lado, a falência total da política de confronto e de agitação de rua da Intersindical.

### Intersindical no CPCS?

## TSD emitem comunicado sobre tal eventualidade

**A participação da CGTP/IN no CPCS insere-se no quadro da nova estratégia a que o PCP foi forçado pelo sucesso da política do governo e dos resultados positivos do diálogo e da concertação protagonizados pelo movimento sindical democrático**

A participação da CGTP/IN no CPCS é, ainda, a derrota da estratégia do PCP e a vitória da governação dos últimos tempos. O PCP, que tem na Intersindical o seu principal instrumento de intervenção social, ao consentir que esta Central Sindical participe no CPCS, contrariando frontalmente tudo quanto tem sido o seu discurso e a sua prática, só o pode fazer no quadro de uma nova estratégia comunista, forçada pelo sucesso da política do Governo e dos resultados positivos do diá-

logo e da concertação protagonizados pelo movimento sindical democrático.

Nós não nos iludimos. A CGTP/IN só irá para o CPCS por ordem do PCP e ao serviço da sua estratégia, ainda que possam fazer transparecer o contrário para a opinião pública, com o objectivo de apresentar, falsamente, esta Central Sindical como mais descomprometida e mais autónoma face ao PCP.

Os TSD aguardam com expectativa a entrada da Intersindical

para o CPCS, na esperança de que modifique a sua prática sindical e os trabalhadores possam ver tratados os seus problemas, também pela CGTP, com mais responsabilidade e de olhos postos na modernização do nosso País.

O Secretariado Nacional dos TSD vai estar atento a este processo e congratula-se, desde já, com a eventual entrada da Intersindical no Conselho Permanente de Concertação Social, porque tal facto será sempre o reconhecimento da liderança da UGT no movimento sindical português e da justeza das posições sindicais dos TSD.

Lisboa, 7 de Setembro de 1987.

Pel'O Secretariado Nacional

**O Secretário Geral**  
*(Arménio dos Santos)*

# Um desafio para animação

continuação da pág. 12

cussão artificial das competências e reclamará pela desafectação da jurisdição da APL de algumas das suas áreas.

Esta última atitude, é tão incompreensível quanto a realidade hoje existente na área de Belém demonstra que para se poderem implantar actividades lúdicas nas áreas sob jurisdição portuária não é necessário desafectá-las dessa jurisdição.

## Dar corpo a uma consciência colectiva

O Tejo não se encontra divorciado da Cidade porque o Tejo é e será sempre parte integrante da Cidade seja qual for a situação das suas margens.

Em nossa opinião, pensamos estar e muito bem, perante uma nova consciência colectiva. Não uma consciência que se pretende afirmar contra o porto de Lisboa, mas uma consciência positiva que procura ganhar corpo.

Uma preocupação que se preocupa com o porto de Lisboa e o seu futuro.



Uma consciência que se debruça sobre o Rio Tejo, a sua história e a sua vivência.

Uma consciência que tem em conta que o homem de hoje só se realiza plenamente a sua actividade produtiva com o enriqueci-

mento pessoal nas diversas facetas que a vida oferece: o conhecimento, a actividade física, o convívio, etc., em suma a *Sociedade dos Tempos Livres*.

## Projectos não faltam

A própria Administração do Porto de Lisboa por

mais do que uma vez tem apresentado projectos de aproveitamento de áreas ribeirinhas para actividades culturais, desportivas, turísticas, recreativas e de lazer e que, ainda recentemente — em Novembro de 1986

— estiveram expostos na FIL.

No Plano Director da Cidade de Lisboa apresenta-se já um conjunto de intenções para o aproveitamento de áreas ribeirinhas.

De então para cá, para além dos projectos elaborados pela APL, tem havido um conjunto bastante vasto de projectos isolados: marina da cidade (nos Olivais), centro desportivo Tejo, restaurante da Ribeira das Naus, aproveitamento do museu de Arte Popular, etc.

## Os princípios e objectivos de um projecto

Pensamos que é chegada a hora de se dar corpo à consciência colectiva já referida e que os projectos atrás expostos evidenciam, consubstanciando-os em dois princípios fundamentais:

1. Que o porto de Lisboa é fundamental para a economia da Cidade e do País;

2. Que a frente ribeirinha de Lisboa é importante para a qualidade de vida e a ocupação dos tempos livres dos cidadãos.

É na complementariedade destes dois princípios que devemos procurar as melhores soluções para a área ribeirinha de Lisboa tendo em conta dois objectivos essenciais:

1. A elaboração e aprovação de um plano geral para o porto de Lisboa que preveja as necessidades de desenvolvimento e potencialização das infra-estruturas portuárias em íntima articulação com os tecidos urbano e viário e a consequente elaboração de planos de pormenor.

2. A definição das áreas ribeirinhas do Concelho de Lisboa que, pelas suas localizações, utilizações actuais, potencialidades futuras e contextos paisagísticos, sejam consideradas com pouco ou nenhum interesse para a actividade portuária e a elaboração de programas para a utilização destas áreas para fins culturais, desportivos, turísticos, recreativos e de lazer.

É ao Município de Lisboa, em íntima colaboração com a APL, que cabe a responsabilidade de tomar a iniciativa de se concretizarem estes objectivos.

## ELEITA A COMISSÃO PARA A FORMALIZAÇÃO DA «TSD - TENDÊNCIA SINDICAL SOCIAL DEMOCRATA» NO IV CONGRESSO DA UGT

No decorrer dos trabalhos da reunião, foi eleita uma Comissão, a qual foi mandatada para coordenar as acções preparatórias e formas de participação dos social democratas no Congresso.

A Comissão vai desde já dinamizar e coordenar no seio dos sociais democratas as acções necessárias à preparação do Congresso, tendo decidido a realização de um primeiro Plenário de Dirigentes Sindicais até meados de Outubro.

## Convívio em Cascais

A Comissão Política da Secção de Cascais, por sugestão de um grupo de Militantes e, em estreita colaboração com eles, resolveu fazer um encontro de confraternização, em que são incluídos, com o maior prazer, todos os nossos simpatizantes, no próximo dia 27 de Setembro, e que constará do seguinte:

1º — Jogo de Futebol. — (10.30 no Campo Guilherme Salgado, junto à Praça de Toiros de Cascais);

Inscriva-se na Sede de Cascais onde lhe serão fornecidas Camisolas e, poderá mostrar as suas capacidades contra uma equipa de antigos Militantes, formada por «Ministros» e outras figuras do Partido, e, também contra uma equipa de Senhoras;

2º — Almoço nas instalações da Praça de Toiros, que constará de:

— Um arroz com escumadas dos pescadores de Cascais;  
— Um porco, em «apetitosas febras»;  
— O seu bom copo de vinho.

Queremos que aproveite este dia para estar com os nossos militantes e com velhos amigos seus.

Não lhe será cobrado nada, mas haverá um «recipiente lanterna» onde, se quiser, deixará a sua participação, para futuras actividades do Partido.

## Bancários de Moçambique felicitam os TSD

O Secretariado Nacional dos TSD acaba de receber uma mensagem de felicitações de trabalhadores bancários moçambicanos, a propósito da vitória social-democrata no passado dia 19 de Julho, «que permitiu que os destinos de Portugal possam agora ser orientados por um Governo estável e lúcido e decididamente empenhado na aproximação dos povos moçambicano e português».

Esta manifestação de solidariedade dos trabalhadores moçambicanos, que tem lugar na sequência de contactos dos TSD com sectores laborais de países africanos de expressão oficial portuguesa, indicia a possibilidade real de estreitamento das relações entre organizações laborais dos dois países, com vantagens evidentes para o objectivo mais vasto e desejável do aprofundamento das relações entre os dois povos.

## TSD — CONVOCATÓRIAS

### Estabelecimento prisional de Paços de Ferreira

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convocam-se todos os Trabalhadores da Empresa Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, filiados dos TSD, a participarem numa reunião/assembleia, no dia 29 de Setembro de 1987 das 19 às 21 horas, na sede dos TSD, Rua Guerra Junqueiro, 64 no Porto e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa.

### Alfândega do Porto

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convocam-se todos os Trabalhadores da Empresa Alfândega do Porto, filiados nos TSD, para participarem numa reunião/assembleia, no dia 29 de Setembro de 1987 das 18 às 19 horas, na sede dos TSD, Rua Guerra Junqueiro, 64 no Porto e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa.

### Sindhat

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convocam-se todos os sócios do Sindhat, filiados nos TSD, para participarem numa Assembleia eleitoral, no próximo dia 29 de Setembro de 1987, das 19.00 às 21.00 horas, na sede dos TSD — Rua Guerra Junqueiro, 64 no Porto e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição do Secretariado da Secção Sindical.

### TAP

Ao abrigo dos Estatutos convocam-se os militantes dos TSD da TAP para uma Assembleia de Núcleo a realizar nas instalações da sede da Secção B/Campo Pequeno, no próximo dia 8 de Outubro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Análise da situação político-laboral;  
2 — Medidas a tomar.

«CARAVELA»

# e valorização do Rio Tejo

Mas não se tenha ilusões. A tarefa será árdua, já que ela terá que necessariamente não só questionar a existência de um conjunto relativamente vasto de instalações existentes nos terrenos sob jurisdição portuária, como ainda interferir com um outro conjunto de instalações situadas nas zonas que lhe são contíguas.

Os Planos a desenvolver são um desafio à criatividade, imaginação e génio humanos, daí que se deva optar por criar as condições que permitam recolher melhor e maior número possível de ideias tendo em conta os mais aconselháveis critérios urbanísticos, o património arquitectónico, e os aspectos ecológicos, ambientais e paisagísticos.

Os investimentos que estarão em jogo implicam um cuidadoso planeamento, programação e faseamento de todos os projectos que não podem pôr de lado o aproveitamento de oportunidades de investimento por parte da iniciativa privada. Consequentemente, nem tudo se realizará de um momento para o outro.

A ausência de uma visão global que integre no mesmo contexto duas realidades diferentes, que são o porto e a Cidade, não pode persistir por mais tempo. É dessa ausência, desse vazio, que resulta a fronteira psicológica que todos nós sentimos.

É na plena consciência de todas estas questões que os vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Lisboa decidiram tomar iniciativa de apresentar a proposta que se segue.

Para passar das palavras aos actos.

**Proposta N.º /87**

**CARAVELA**

**Criação de áreas ribeirinhas para a animação e valorização económica, lúdica e ambiental do rio Tejo**

Considerando que Lisboa desde sempre tem a sua história e a sua vida ligadas ao Tejo;

Considerando que o porto de Lisboa é uma realidade económica e social de enorme importância estratégica para o País e para a Cidade de Lisboa;

Considerando que a Frente Ribeirinha de Lisboa é importante para a qualidade de vida e a ocupação dos tempos livres dos cidadãos;

Considerando a ausência de um visão global que integre no mesmo contexto

duas realidades diferentes que são a Cidade de Lisboa e o seu porto;

Considerando a existência de certas áreas ribeirinhas onde foram feitos vultuosos investimentos em infra-estruturas portuárias que devem ser respeitadas;

Considerando, por outro lado, a existência de outras áreas ribeirinhas cuja utilização portuária actual é precária ou nula, conduzindo a situações de degradação ambiental e paisagística, mas que no futuro podem ser zonas de expansão ou potenciação das actividades portuárias;

Considerando que algumas das áreas ribeirinhas com utilização portuária se situam em zonas da Cidade cujo contexto urbano requer especiais cuidados de tratamento;

Considerando ainda que o melhor testemunho que se poderá deixar às gerações futuras sobre as comemorações dos 500 anos dos Descobrimientos Portugueses será a valorização das áreas ribeirinhas de Lisboa.

**Temos a honra de propor que a Câmara delibere:**

1. Solicitar à APL as providências necessárias para que se promova no mais curto espaço de tempo possível a elaboração e aprovação de um plano geral para o porto de Lisboa que preveja as necessidades de crescimento, desenvolvimento e potenciamento das infra-estruturas portuárias, e das que lhe são subjacentes, em íntima articulação com os tecidos urbano, viário e ferroviário e a consequente elaboração de planos de pormenor.

2. Manifestar desde já à APL toda a disponibilidade para colaborar e participar na elaboração do plano referido no ponto anterior, incluindo-o no protocolo de cooperação existente entre a CML e a APL no quadro do aprofundamento da colaboração entre as duas instituições.

3. Solicitar ao Governo todo o empenhamento nesta questão tendo em conta a natureza diversa dos problemas a resolver e das entidades envolvidas.

4. Que o Plano referido no ponto 1. tenha desde já em conta a criação de três frentes ribeirinhas e vocacionar a curto prazo para actividades lúdicas no âmbito da cultura, desporto, turismo, recreio e lazer, sem prejuízo de, nos casos em que tal for necessário, se mantenham de forma compatível com as novas utilizações propostas, algumas das utilizações e infra-estruturas hoje existentes:

a) Frente Ribeirinha de Belém, conforme a delimitação na planta em anexo I.

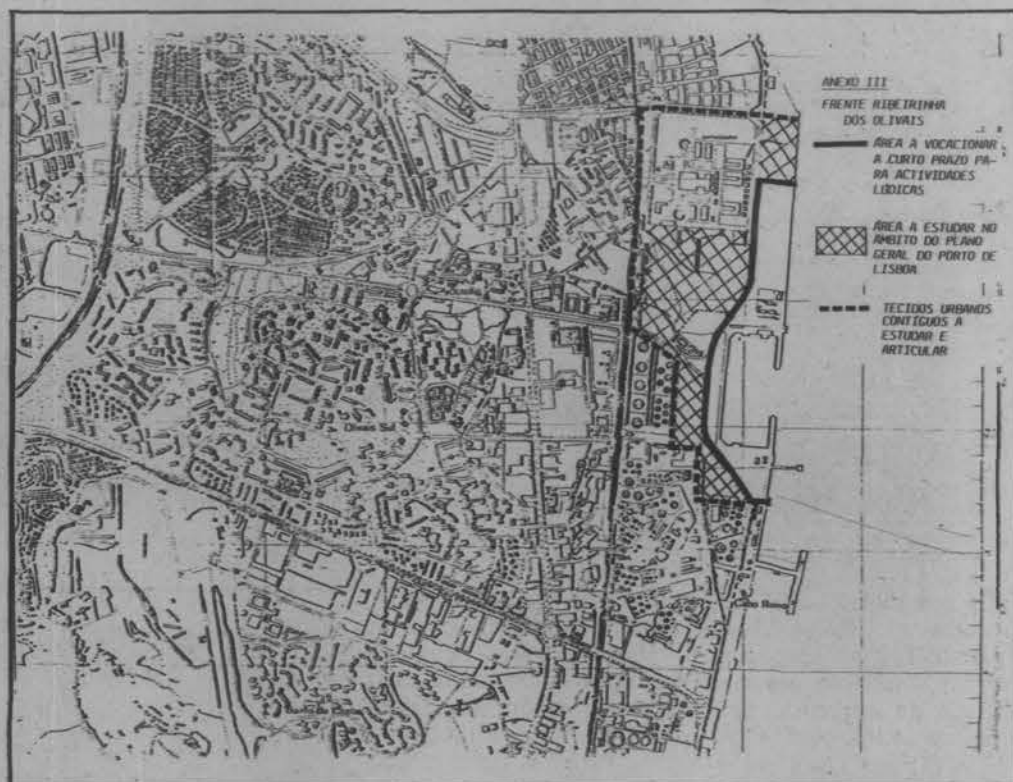
b) Frente Ribeirinha do Cais do Sodré, conforme a delimitação da planta em anexo II.

c) Frente Ribeirinha dos Olivais, conforme a delimitação da planta em anexo III.

5. Que no plano referido no ponto 1. seja estudada a viabilidade de se utilizarem as zonas adjacentes às frentes ribeirinhas — assinaladas nas plantas em anexo com quadrícula sobreposta — áreas de expansão para actividades lúdicas, no caso de as mesmas não serem no futuro, necessárias para a expansão portuária.

6. Solicitar ao Governo que, nos termos dos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 794/76 de 5/11, determine o estabelecimento de medidas preventivas nas áreas referidas no ponto 4., por forma a que não se alterem as circunstâncias e condições hoje existentes enquanto decorrerem os estudos para a elaboração dos planos para estas áreas.

7. Que os estudos a desenvolver para cada uma das frentes ribeirinhas a criar tenham em conta os seguintes objectivos e metodologia:



a) Quanto aos Objectivos

— Implantação de um conjunto de actividades que contribuam para a animação destes espaços e para a ocupação dos tempos livres dos cidadãos;

— Articulação das frentes ribeirinhas definidas no ponto 4. com os tecidos urbanos contíguos (conforme assinalado nas plantas em anexo) quer quanto à reabilitação e revitalização des-

tas áreas através da reconversão de usos de alguns dos imóveis mais significativos ali existentes, quer quanto à acessibilidade no que respeita ao atravessamento das linhas de caminho-de-ferro e vias rápidas existentes;

— Definição do faseamento e programação dos planos e projectos por forma a racionalizar os investimentos públicos e a criar condições para a

atração da iniciativa privada.

b) Quanto à Metodologia

— Avaliação das potencialidades e vocações específicas de cada uma destas áreas.

— Abertura de concursos públicos de ideias para cada uma das frentes ribeirinhas.

Paços do Concelho de Lisboa, em 1987/09/14  
Os Vereadores do PSD

**VIDA MILITANTE**

**CONVOCATÓRIAS**

**Porto-Campanhã**

De acordo com as disposições Estatutárias, convocam-se os militantes da Secção de Campanhã, para tomar parte na ASSEMBLEIA DA SECÇÃO, que terá lugar no dia 2 de Outubro de 1987, pelas 21 horas, na sua sede sita à Rua de Contumil n.º 653, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

- a) Apreciar e votar as Contas da Secção
- b) Análise da situação político-partidária.

**Porto-Campanhã**

Ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2 do Art. 48.º dos Estatutos, convocam-se os militantes da Secção de Campanhã para tomar parte na Assembleia Eleitoral, que terá lugar no dia 8 de Outubro de 1987, pelas 21 horas, na Sede da Secção do PSD, sita à Rua de Contumil n.º 653, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

dos Órgãos da Secção para o biénio

- Mesa da Assembleia
- Comissão Política da Secção
- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

NOTA: As listas com as candidaturas, devidamente subscritas pelos proponentes, devem ser entregues à Mesa da Assembleia até ao dia 2-10-87  
A urna eleitoral abre às 21 e fecha às 23 horas.

**Viana do Castelo**

Ao abrigo do Art. 37.º dos Estatutos do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Partido Social Democrata de Viana do Castelo, para reunir no dia 17 de Outubro, pelas 15 horas, em Pont: da Barca, no Cine-Teatro, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

- 1. Período de Antes da Ordem do Dia (1 hora).
- 2. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital.
- 3. Análise da situação político-partidária.

**Lê e Divulga**



# POVO LIVRE

Semanário	Preço avulso	30\$00
— sai às quartas-feiras	Assinatura — Portugal	
PROPRIEDADE	Semestral	700\$00
PSD — Partido Social Democrata	Anual	1250\$00
Director interino:	Apoio	2000\$00
CORDEIRO PEREIRA	Composição e Impressão:	
Redacção	Mirancela & C.ª (Irmão), Lda	
Telef. 67 67 57 / 60 21 40	Trav. Condessa do Rio, 7-9	
1200 LISBOA		
Serviços Administrativos		
(Assinaturas)		
Telef. 60 93 79 / 60 21 40	Distribuição:	
R. de Buenos Aires, 39	VASP — Soc. Transporte de Distribuições, Lda	
1296 LISBOA CODEX	Rua Joaquim António de Aguiar, 43-3.º, Dto	
Depósito legal n.º 1970/83	1000 LISBOA	

## Projecto «CARAVELA»

# UM DESAFIO PARA ANIMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO RIO TEJO

Os vereadores sociais-democratas na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram no Município, em conferência de Imprensa, uma proposta intitulada CARAVELA (Criação de áreas ribeirinhas para a animação e valorização económica, lúdica e ambiental do rio Tejo), na qual se solicita à Administração do Porto de Lisboa as providências necessárias para que se promova, no mais curto espaço de tempo possível, a elaboração e aprovação de um plano geral para o porto lisboeta.

Os temas dessa proposta são os seguintes:

### Introdução

A área do Porto de Lisboa é uma realidade económica e social de enorme importância para o País e para a Cidade de Lisboa.

Sendo a mais importante área portuária do País, encontra-se intimamente ligada à nossa Cidade pela riqueza que produz, os postos de trabalho que garante, as vias de comunicação que compreende, a beleza que contém, e como não poderia deixar de ser, o conjunto de interesses de toda a ordem que nela se entrecrocavam e as preocupações e reacções que ocasiona.

Neste capítulo, vimos assistindo desde há algum tempo a diversas observações, em regra superficiais, sobre o tema.

Ora se fala na «restituição do Tejo à Cidade» sem se explicar muito bem como e para quê, ora, mais recentemente, se exige o «retrocesso» da situação de «afastamento do Tejo da Cidade», explicando-se paradoxalmente que tal afastamento teria origem na construção do caminho-de-ferro, vias rápidas, alargamento das áreas portuárias, etc.

Ou seja, por alguns dos mais significativos factores de progresso da Cidade durante este século e o anterior. Num raciocínio meramente dedutivo, estaríamos perante reivindicações de

retrocesso do progresso secular da Cidade!

Provavelmente, nenhuma das observações deste cariz que vêm sendo produzidas terão de facto estas intenções. Estamos em crer que, todas reflectem de modo mais ou menos alargado as preocupações comuns acerca dessa complexa realidade que é a margem norte do Rio Tejo, limite fluvial de Lisboa.

Daí que nos pareça fundamental distinguir o essencial do acessório, a substância do problema das questões periféricas.

### Uma cidade desde sempre ligada ao Tejo

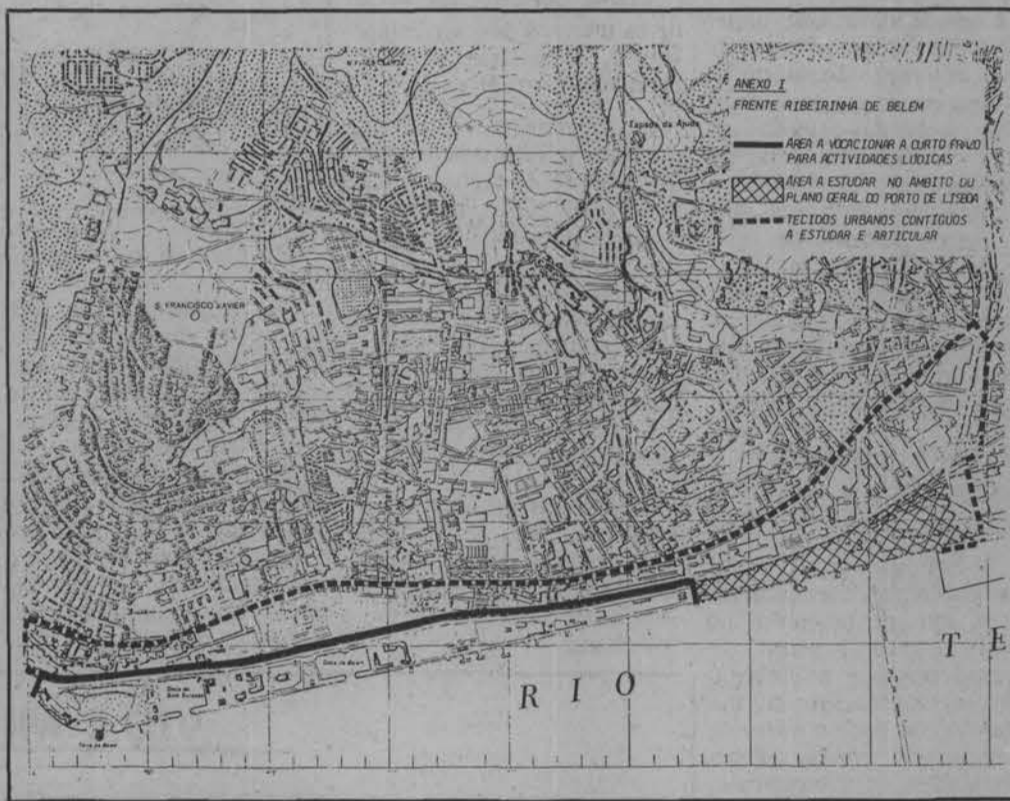
Não é possível situar com exactidão no tempo o aparecimento do primeiro aglomerado urbano que mais tarde deu origem a Lisboa. Mas de facto ele não aparece por mero acaso junto ao Tejo, melhor dizendo junto ao estremo do Rio Tejo que desapareceu no local onde hoje se situa a baixa pombalina.

Perdem-se no tempo as referências à existência de um porto fenício e posteriormente de um porto romano e um árabe.

Mas é nos séculos XV e XVI que a Cidade dá o grande salto em frente. É a época dos Descobrimentos. E o desenvolvimento do seu porto é precisamente o passo mais importante que permite consubstanciar a época áurea que Portugal viveu.

São numerosas as referências a esse desenvolvimento — os estaleiros, os edifícios ligados à actividade portuária e militar, o comércio, etc., em toda a extensão de Belém a Xabregas.

Após o terramoto de 1755 e com o Marquês de Pombal, assistimos a um novo desenvolvimento e crescimento desta área da Cidade, da qual nos ficaram belíssimos monumentos que tal como durante o período dos Descobrimentos, são hoje ex-libris da Lisboa ribeirinha.



Há precisamente um século atrás iniciou-se o último desenvolvimento do porto de Lisboa que, com a construção dos terraplenos, com as adaptações às exigências tecnológicas em permanente evolução, conduziu ao Porto que hoje possuímos com todas as infra-estruturas viárias e de transportes que lhe estão associadas.

É inegável que ao longo da história, e nas mais diversas circunstâncias, Lisboa tem a sua vida e a dos seus cidadãos, ligada ao Rio Tejo. É graças ao desenvolvimento portuário e a todo um conjunto de actividades ligadas ao rio que Lisboa cresce, se desenvolve e se torna na capital política e económica de Portugal.

### O porto de Lisboa, hoje

Ecerrando na sua estrutura diversas e variadíssimas actividades o porto de Lisboa tem hoje um indiscutível interesse económico.

Interesse positivo no que toca a abastecimentos, movimento de pessoas e bens, desenvolvimento das actividades económicas, nomea-

damente comerciais e industriais e postos de trabalho que assegura.

Mas, se para o País o Porto de Lisboa tem efeitos positivos, para a Cidade de Lisboa ele também tem alguns efeitos negativos.

Efeitos esses que se traduzem essencialmente nas perturbações que a actividade portuária causa na vida cidadã. É a sobreocupação da rede viária dado o enorme tráfego de viaturas pesadas que o Porto origina em troços tão sensíveis como o Nó de Alcântara, as Avenidas 24 de Julho e Ribeira das Naus, o Cais do Sodré e a Praça do Comércio e ainda o troço do Infante D. Henrique da Praça do Comércio a Santa Apolónia, troço este que se apresenta cada vez mais congestionado com vituras pesadas.

O que está errado neste particular, longe se ser o desenvolvimento do Porto de Lisboa

ramos necessário e benéfico para o País e a Cidade pelos motivos atrás expostos — é a falta de coordenação entre os organismos públicos e a CML na planificação e concretização dos investimentos feitos no

Porto e a sua compatibilização com a estrutura urbana e o planeamento da Cidade.

E isto assume particular preocupação já que, tendo em conta as novas perspectivas de desenvolvimento económico do País, certamente que o Porto de Lisboa terá que acompanhar esse desenvolvimento através do crescimento e potenciamento das suas infra-estruturas.

Pensamos neste aspecto que será fundamental «acertar o passo» a todo um conjunto de entidades públicas, incluindo a CML. Se tal não acontecer iremos assistir no futuro a situações semelhantes à que se passou com a construção dos novos terraplenos para o terminal marítimo de contentores de Alcântara-Mar quando, só agora se vai finalmente dar início à construção do Nó de Alcântara, por forma a regularizar todo o escoamento de mercadorias originadas pelo terminal acima referido.

### A distribuição de competências

Desde 1985 que a CML e a APL possuem um proto-

colo de cooperação e têm trabalhado em boa sintonia em torno de um conjunto de problemas que interessam às duas partes.

Parece-nos totalmente acertado o diálogo que se tem vindo a gerar entre a CML e a APL e pena é que a publicação do novo estatuto orgânico da Administração do Porto de Lisboa esteja a ser utilizado por alguns, para brincar de forma injustificada um conflito de competências.

Os poderes conferidos à Câmara Municipal de Lisboa, seja pela constituição, seja por lei, são inalienáveis — neste aspecto acreditamos que não há qualquer discordância entre os autarcas que se encontram temporariamente investidos nesses poderes pela força do voto popular livremente expresso nas urnas.

Mas será que o novo estatuto orgânico da APL retirou competências à CML? Pensamos que não. Pelo contrário, o novo estatuto orgânico veio impor a audição obrigatória da CML em todos os projectos de obras que a APL pretenda executar sem as limitações que o estatuto de 1948 continha.

E certamente concordaremos que uma discutível inconstitucionalidade parcial deste novo estatuto orgânico é motivo insuficiente para alienar a necessária estabilidade de diálogo institucional entre o Governo do País e a Câmara Municipal de Lisboa.

E são motivos insuficientes, porque prejudiciais e de duvidoso e demorado resultado porque acessórios da questão fundamental, que é o futuro da zona ribeirinha de Lisboa e do seu porto, tratados do ponto de vista global e integrados nos problemas do País e nos problemas da Cidade na sequência natural das soluções de fundo a adoptar.

E só quem quiser fugir à resolução das questões essenciais para o bem-estar das populações ribeirinhas é que prosseguirá na dis-

(Continua na página 10)